



JORNAL DE GARVÃO

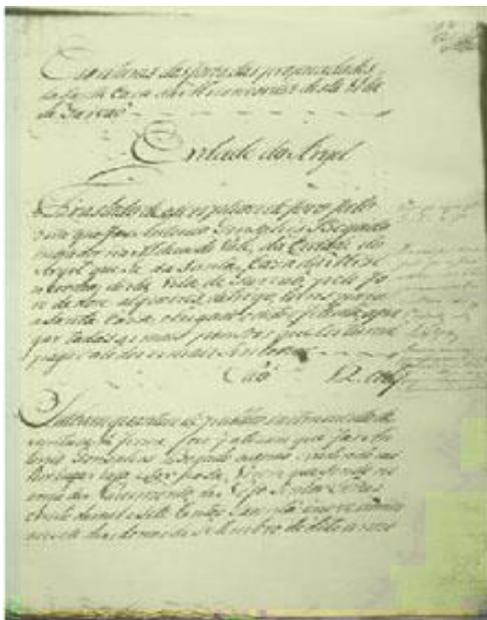
Nº 16 Dezembro de 2012

1,00 Euro

www.garvao.net

**IRMANDADE DO
ESPIRITO
SANTO**
Santa Casa da
Misericórdia
Pag^{as} centrais

**TOMBOS das
PROPRIEDADES**
Em Tempos
Medievais
Pag. 5



**TRINTA ANOS
DE TRABALHOS
ARQUEOLÓGICOS
EM GARVÃO**
Pag. 3



**UM POUCO DE
HISTÓRIA**
Garvão tinha quatro igrejas
Pag. 9

**O PROCESSO
do FRADE JOÃO da
TRINDADE do
CONCELHO de
GARVÃO**
1736
Pag. 11

Historicamente a vila de Garvão faria parte de uma sociedade mais vasta, marcada pelos vários factores civilizacionais que caracterizam cada cultura; parte de uma sociedade megalítica mais abrangente; marcas profundas da idade dos metais e da cultura do levante Mediterrâneo: Grego, Fenício e/ou Cartaginês; cultura Romana que não nos legou somente a língua e a religião mas a própria estrutura agrária, guerreira, administrativa e judicial; cultura árabe que não nos forneceu somente os filósofos e os físicos mas as próprias tecnologias rudimentares da época; mas mais importante, foi o legado destas e outras gerações que nos precederam: expressando-se em latim, mas empregando técnicas árabes; ofertando a uma Santa Luzia católica mas adorando uma senhora da luz Fenícia; em preces em língua árabe “*in sha allah*”, (oxalá) mas dirigidas ao Deus católico, “*assim deus o queira*”.

A história dos municípios, das cidades e das aldeias medievais, a organização das comunidades rurais e urbanas, as dinâmicas do povoamento e da organização do território, abrangem uma série de factores que influenciaram e moldaram a comunidade e a sua organização, numa consolidação comunitária em que os homens se juntam para derrotar a adversidade.

Condicionada aos vários factores históricos da reconquista cristã, a consolidação das vilas, do latim *Villicus*, e das aldeias, do árabe *al-day'a*, implicou, da parte da populações locais, relacionamentos multilaterais, ora com as ordens militares ora com o clero e a nobreza para a consolidação do concelho nas suas multifacetadas administrativas de povoamento, de defesa, de desenvolvimento e de assistência.

Se durante a dominação Muçulmana se assistia a uma diversidade religiosa, permitindo, aos vários credos existentes, a liberdade de culto e a manutenção dos seus espaços sagrados, tal não se veio a verificar após a reconquista cristã e a hegemonização do culto cristão.

O povoamento das terras do sul, pertencentes ao rei por conquista, fez-se através de largas doações às ordens militares e religiosas das terras pertencentes aos Sarracenos, mas até aí exploradas pelas populações de origem romano-gôdos (moçarabes) e islâmicas, confinando a actividade agrícola destas populações a uma pequena faixa em torno das povoações.

O surgimento das Irmandades do Espírito Santo, de cunho religioso, teria nascido não só da necessidade de ajuda mútua entre a população, (a assistência sempre foi uma preocupação destas primeiras comunidades), mas, também, como até, de uma estratégia de controlo da população a seguir à reconquista cristã.

Se primeiramente era a difusão da fé cristã; a regularização do território e a assistência entre a população, depressa, nos finais do século XV, com a instauração das Misericórdias, os senhores do reino invocando interesses de ordem moral que privilegiavam as elites locais, exerciam estratégias dos poderes locais pelo controlo destes mecanismos de caridade, por sua vês a manutenção da esmola consolidava as relações de dependência entre quem dava e aquele que recebia, fomentando o patrocínio e em última análise o caciquismo local.

A religiosidade actuava como factor decisivo no controlo das desigualdades sociais e económicas que as geravam. Pelo carácter institucional que as Misericórdias assumiram pode-se afirmar que a caridade foi desvirtuada em função das necessidades das elites locais.

IRMANDADES

Durante o período de vigência das Misericórdias em Portugal, estas foram as grandes responsáveis pela implementação de medidas de caridade junto das populações, claramente numa estratégia de estruturação social da sociedade de então, e de consolidação de poder entre as diversas elites locais. Numa sociedade em que a economia assentava essencialmente numa estratégia religiosa da salvação da alma e da sacralização da pobreza, o clero, promovia e geria, a seu proveito, as diversas assimetrias económicas e sócias da época; os mais ricos precisavam dos mais pobres, para darem esmolas, e assim alcançarem o paraíso; no meio, gerindo como intermediários de Deus na terra, estavam os clérigos, que arrecadavam as rendas e os proveitos das propriedades deixadas em legado para essas obras pias e as respectivas missas por alma dos testadores.

Em pleno auge da implantação das Misericórdias em Portugal, a ideia da salvação eterna estava profundamente associado á noção de caridade, só atingível através de esmolas e outras obras pias para com os mais necessitados ou instituições religiosas, e depois da sua morte, o acesso ao reino dos céus só estaria realmente garantido com a manutenção e continuação desses actos caridosos.

A pobreza estava associada á imagem de Cristo, o pobre sem bens terrenos encarnava o exemplo dos primeiros cristãos e da vida de Jesus, a ausência de riquezas nos pobres equiparava-os ao conceito de piedade e humildade de Cristo, assim prescindir de bens materiais era aproximar-se de Deus e o desapego dos bens terrenos era um pressuposto necessário para ter acesso ao paraíso, ao dar, o rico, equipara-se aos pobres e aproxima-se de Deus, e redime assim os seus pecados. Mesmo sendo os pobres os beneficiários, a esmola revertia sempre a favor da salvação dos ricos, mais do que atenuar o sofrimento alheio, os ricos procuravam o perdão e a salvação eterna.

Entendia-se assim como actos caridosos, toda uma série de rendimentos que as misericórdias foram usufruindo desde a sua fundação até às revoluções liberais do século XIX. Rendimentos esses inseridos numa economia essencialmente religiosa, de salvação das almas à custa de uma sacralização da pobreza: as esmolas; a encomendação de missas por alma dos defuntos; os rendimentos dos bens terrenos doados para a continuação da celebração das missas para que as almas errantes no purgatório finalmente entrassem no reino de Deus; os rendimentos das propriedades e dos empréstimos de dinheiro a juros, constituía as fontes de rendimentos destas instituições Misericordiosas.

Foi a instituição da ideia do purgatório¹, um espaço entre a terra e o céu onde os crentes erravam antes de entrar no paraíso e que era preciso acudir através de missas para garantir o acesso aos céus, que forneceu ás Misericórdias em particular, e ás Igrejas em geral, avultados rendimentos provenientes das propriedades deixadas por via testamentária pelos defuntos para a continuação de missas por sua alma para terem acesso ao reino dos céus.

¹A teoria da existência do Purgatório, cuja palavra não existe na Bíblia, foi criada pela Igreja e surgiu no pontificado do Papa Gregório I, em 593, com base no livro de 2º Macabeus 12.42-46, considerado apócrifo pelos líderes da Reforma Protestante. Contudo só no Concílio de Florença em 1439, foi aprovada a doutrina, e confirmada no Concílio de Trento, em 1563.

JORNAL DE GARVÃO

www.garvao.net

Largo D. Afonso III, 7670-125 Garvão

Redacção: José Pereira Malveiro, José Daniel Malveiro

Apoios: C. M. de Ourique - Junta de Freguesia de Garvão - Casa do Povo de Garvão - Comissão de Festas e Romarias - Comissão Fabriqueira da Igreja.

Publicado: Ao abrigo da lei de imprensa, 2/99 de 15 de Janeiro, artigo 9º nº 2.

Registado: No Instituto Nacional de Propriedade Industrial: Marcas e Patentes.

TIPOGRAFIA: NET impressos - Rio de Mouro



TRINTA ANOS DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM GARVÃO



A Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Câmara de Ourique promoveram no dia 11 de Dezembro um encontro para assinalar os 30 anos dos trabalhos arqueológicos que levaram à descoberta do Depósito Votivo da 2.ª Idade do Ferro de Garvão.

O encontro, que decorreu no Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão, incluirá dois painéis, um sobre a história do depósito votivo e outro sobre projetos de estudo e conservação dos materiais recolhidos no local do achado arqueológico.

O evento incluirá também visitas a Garvão, ao depósito votivo e ao Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão.

No âmbito das comemorações dos 30 anos do achado arqueológico do Depósito Votivo de Garvão, o Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão promoveu um seminário sobre a temática. A par desta iniciativa teve lugar uma visita ao sítio do

achado arqueológico, em Garvão, e a inauguração do laboratório do Centro de Arqueologia, criado através de parcerias estabelecidas pela Câmara com várias instituições.

“O desenvolvimento das actividades do Centro é uma aposta do município na promoção e protecção do património histórico no concelho e de afirmação de Ourique como uma referência turística nas áreas do património, da gastronomia e do ambiente”, refere a autarquia.

Pedro do Carmo, presidente da Câmara, sublinha que este é mais um exemplo do esforço do município “em prol do desenvolvimento económico do concelho.

DIVULGAÇÃO COMERCIAL: Toda a publicidade incluída neste jornal não está sujeita a pagamento

Café Central



Manuel Bárbara dos Reis
Comidas e
Dormidas

Telef. 286 555 113
Lg. da Amoreira, 3 – GARVÃO



TOMBOS das PROPRIEDADES

Em Tempos Medievais

As relações quotidianas das comunidades rurais, desenvolviam-se em torno dos direitos de terra, tributos, normas sucessórias, e outros aspectos administrativos e judiciais, o registo dos bens e o tomo das propriedades dão-nos uma certa informação sobre as peculiaridades das relações sociais da época.

Há uma defesa explícita da propriedade das terras das aldeias pelos seus habitantes e dão-nos acesso a muita informação sobre a vida social, cultural e religiosa destas populações.

Se tivermos presente que a matriz referencial que os oficiais do reino tinham era a religião cristã, as suas instituições, os seus agentes, as suas práticas devocionais e, se o tema dos inquiridos era a inventariação das propriedades, bens e rendimentos dessas populações, não será de admirar que as fontes que nos chegaram até hoje sejam precisamente destas instituições religiosas, Misericórdias, Irmandades, Confrarias e afins.

O *Numeramento Geral*, em 1527-1532, pelo rei D. João III, sobre a população e o território, a par de outras inquirições, locais e regionais, por instituições como a Inquisição e a Mesa da Consciência e Ordens, (que procuravam manter a unidade religiosa pela censura e confissão), permitenos tomar conhecimento, de uma forma geral, sobre o território, a população e os seus hábitos e costumes, implementando as medidas julgadas necessárias para o respectivo ordenamento do reino.

Os tombos das propriedades, e outros bens, que inventariavam o património fundiário e devocional das confrarias, constituíam registos de conhecimento das suas gentes e da organização territorial. Por sua vez a passagem a escrito destas normas, não só respondiam às inquirições dos oficiais do reino, como dotava a população, tanto de normas e preceitos escritos em defesa dos seus direitos fundiários, como, inclusivamente, regulavam a vida interna dessas populações.

Permitia conhecer assim tais propriedades, as suas características, bens e rendas e o respectivo registo da informação económica e financeira, tais como as terras que tinham sido doadas às ordens às varias instituições locais, religiosas e militares, templos, ou particulares em troca dos serviços prestados. A ideia sobre a compreensão dos lugares, saberes, gentes e cultura do território português que se desenvolveram no seguimento da reconquista cristã e das relações surgidas no encontro no decorrer do processo da reconquista com os lugares e gentes locais, não só tinha como objectivo estabelecer, do modo mais preciso possível, as rendas e os bens atribuídos aos imóveis, como incutia, inclusivamente, na população um sentido de responsabilidade emanada por uma autoridade superior, por um poder que pretendia transmitir, tanto a sua indispensabilidade, como fixar na memória das gentes a autoridade com que concedeu tais registos.



A imposição da ordem passava pela solenidade, pela ritualização com que estas actas eram outorgadas, desde a sua formulação à sua extensão, desde a repetição dos termos jurídicos à irrevocabilidade dos acordos, desde a exaustiva repetição das boas intenções do intervenientes ao solene ritual de posse, tudo se conjugava para transformar a redacção destas actas em actos de poder, não só de imposição da ordem, mas, também, despoja-la de alguma vestígio de contestação que eventualmente podessem ter.

A solenidade destes actos oficiais e conferir-lhes alguma dignidade. Estes documentos caracterizam-se pela repetição exaustiva das normas, dos atributos e dos títulos das autoridades que os outorgavam até á exaustão. Tudo nestas actas invoca a rectidão conferida ao documento, as boas intenções dos outorgantes, a irrevogabilidade das decisões, pela justiça na atribuição destes contratos e, evitando contrariedades e conflitos que pudessem por em causa a autoridade e a ordem que as autoridades pretendiam estabelecer.

paraFarmácia
GARVÃO

Técnico: Luis Miguel de Oliveira Vieira Rato
Rua 25 de Abril n.º 3
7670 - Garvão

Tel: 286 555 200
Fax: 286 555 405
parafarmaciadegarvao@hotmail.com

Kafé Snack - Bar
"NOVO RUMO"

Servem-se refeições e petiscos diversos

Gerência: Maria de Fátima Barroso e Carla Bárbara

Telems.: 934 785 927 / 936 234 652
Rua do Álamo, N.º 11 ** 7670-136 Garvão

GenSolar
Sistemas de Energia Alternativa, Lda

Johannes Serrnwald | Jserrnwald@hotmail.com
gensolar@iol.pt | Tm: +351 936 738 308
Tm: +351 918 640 384

CAFÉ LINA

Carlos Cabino Lino
909278000

Chada Nova

Padaria MARTINS
Rua de Ourique, 22

de: Joaquim Martins Moreira Costa

Telems. 926 005 930 - 936 347 021 - GARVÃO

LINDAMIRA DÓLORES DE BRITO GARVALHO

Tel. 286 555 371
Tlm. 939 441 637
Rua do Álamo, 4
7670 GARVÃO



IRMANDADE DO ESPIRITO SANTO

Santa Casa da Misericórdia

O conceito de caridade no mundo medieval cristão, nos alvares da nacionalidade, tomou diversas formas, seja por iniciativa papal ou por iniciativa da corte, o certo é que em diversas cidades, vilas e aldeias do reino assistimos, em meados do século XIII, a uma proliferação e consolidação destas instituições de ajuda mútua, cujo início se terá, certamente, ainda no século XII.

“Vitor Ribeiro estudou na sua História da Beneficência¹ este capítulo da caridade portuguesa ao serviço dos pobres, miseráveis, peregrinos, passageiros, estropeados e enfermos. Grande número destes hospícios ou hospitais pequenos e locais e das confrarias que se dedicavam a obras hospitaleiras ou de piedade, como muitas das antigas albergarias, abrigavam-se sob a invocação do Espírito Santo ou do Santo Espírito. «É enorme o número de institutos desta ordem que, sob a invocação deste patrono, se encontram registados nas diversas povoações do reino».

Esta uniformidade, que depois se observou com o compromisso orgânico das Misericórdias, «parece indicar que deveras, como alguns o afirmam e pretendem, houve no nosso país nos séculos XII a XV uma extensa série de instituições colectivas, de verdadeiras irmandades e confrarias, destinando-se à prática de obras piedosas, abrindo e mantendo à sua custa albergarias, hospícios, enfermarias, hospitais, gafarias, etc. Acolhiam e tratavam os peregrinos e os enfermos, algumas foram mesmo as precursoras das misericórdias, assistindo os doentes nos seus domicílios, distribuindo bodos, acompanhando os defuntos à sua última morada, com as usanças tradicionais, que ainda hoje persistem em algumas terras»²

Desde então que há notícia, entre nós, de hospitais e confrarias de caridade a ajudar os mais necessitados e a praticar a caridade em todas as suas modalidades, de invocação do Espírito Santo. Se os princípios que nortearam a fundação destas instituições se encontra na necessidade de entre ajuda entre as populações e do povoamento do território, já os usos e preceitos que caracterizaram estas Irmandades, como a que se assiste hoje ainda nos afores, prima por uma liturgia e cerimónias próprias que se distanciam da normalidade religiosa católica. De facto observa-se uma grande autonomia das cerimónias religiosas do culto do Espírito Santo em relação à Igreja, não estão sujeitos à participação formal do clero ou da aprovação oficiosa da Igreja, nem da necessidade de intermediários entre os crentes e o divino.

As Irmandades do Espírito Santo, como instituições associativas laicas de carácter territorial, compunham-se por irmãos leigos, maioritariamente, residentes na mesma localidade, incluindo mulheres nos seus corpos de gestão, iguais em direitos e deveres, constituem a entidade em torno da qual se move uma série de atributos caritativos em prol dos pobres e dos mais desprotegidos: crianças abandonadas; presos; enfermos; condenados e enterro dos justicados na forca, e cerimónias religiosas das quais as festividades em torno do Império do Espírito Santo são, ainda, apesar de praticamente circunscritas aos Açores, as mais emblemáticas destas instituições.

O culto do Espírito Santo teria passado da Itália ao Reino das Duas Sicílias, por intermédio de frades Franciscanos, cujo rei também o era do reino de Aragão e pai da futura rainha Santa Isabel que veio a consorciar-se mais tarde com o rei D. Dinis de Portugal. Este culto já então do conhecimento na corte

do reino de Aragão, terá sido introduzido pela Rainha Santa Isabel no reino português, havendo notícia da primeira celebração do Império do Divino Espírito Santo na vila de Alenquer, daí se espalhando por diversas cidades, vilas e aldeias do reino, e onde também, por esta altura, os frades Franciscanos fundaram o primeiro convento em terras Lusas.

A influência franciscana, espiritualista, ter-se-ia feito sentir, nestas cerimónias do Espírito Santo, num período anterior à vinda da Rainha Santa Isabel para Portugal. Assim como a influência de Joaquim de Flora³ abade italiano que viveu no século XII e que elaborou um sistema escatológico com larga aceitação na Europa, nomeadamente na Península Ibérica onde foi bastante difundido⁴ denominada “joaquimismo”, se fez sentir não só no pensamento franciscano mas no próprio culto do Espírito Santo, conforme atestam vários escritores entre eles Jaime Cortesão a que José Eduardo Franco alude na sua obra: *Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa.*

“Mas para Cortesão, um dos sinais claros da recepção e recriação do joaquimismo na cultura portuguesa, é precisamente a transformação da sua doutrina fantástica sobre a Idade do Espírito Santo em ritos e tradições. Por via da corte aragonesa, donde era oriunda a esposa do rei D. Dinis, a rainha D. Isabel, teria vindo a grande influência do joaquimismo para o nosso país. A corte aragonesa, a exemplo da corte de Sicília e de Nápoles, acolheram os adeptos e mentores do franciscanismo espiritual mais heterodoxo. Em Aragão um dos mais importantes militantes deste movimento reformista do Cristianismo foi Arnaldo de Vilanova, grande médico e teólogo laico, polígrafo, diplomata, conselheiro, chanceler de Jaime II.

Além de Jaime Cortesão demonstrar ter havido correspondência entre Vilanova e D. Isabel 47, a espiritualidade desta rainha e a sua prática cristã muito sensível ao serviço dos pobres, dos doentes e a todos dos desconsiderados da sociedade, podem ser indicadores desta influência do franciscanismo espiritual de feição joaquimita. Mas mais do que isso, Cortesão apresenta a fundação das festas do Espírito Santo por patrocínio da rainha D. Isabel e do rei D. Dinis, como o grande testemunho da inspiração da corrente do joaquimismo em Portugal. Para fazer esta asserção, baseia-se nas informações dadas pelos cronistas Frei Manuel da Esperança, Frei Francisco Brandão e D. Rodrigo da Cunha que atribuem a estes monarcas a criação destas festividades dedicadas ao Espírito Santo em Portugal, mais propriamente em Alenquer 48. Depois, estas ter-se-iam vulgarizado por todo o país e expandido para os territórios ultramarinos, subsistindo hodiernamente, de forma bem marcada na Região Autónoma dos Açores 49, e ainda em alguns vestígios festivos da religião e do folclore, embora menos fortes, na Região Autónoma da Madeira e no Brasil.

O aspecto principal destas cerimónias paracliticas, ocorridas na semana de Pentecostes, consistia na coroação através

Continua na página seguinte

Adília Pereira Coelho
TINTAS
DROGAS
FERRAGENS
MATERIAL PARA PESCA
Tel. 288 555-473 - Resid. 288 555-381
Rua do Alano, 12 - GARVAO

**“BAR DA
ESTAÇÃO”**
REFEIÇÕES E PETISCOS REGIONAIS
de: Célia Maria Pacheco Silva
Telem. 917 591 497
7670 - 129 FUNCLEIRA - GARE

**AUTO
LITORAL**
António Adarjo
MANUTENÇÃO E COMERCIO DE AUTOMÓVEIS
Tel. / Fax 283 691 432 - Tlm. 936 852 990
CAMPO REDONDO

Restaurante Martins
Bairro Novo da Sardos
Lote 38
Rua de Ourique, 22
de
Joaquim Martins Moreira Costa
7670 Garão
Tel.s - 936 347 021 e 932 592 913



IRMANDADE DO Santa Casa da

Continuação da página anterior

da imposição de três coroas – uma imperial e duas reais –, que se impunha em três crianças ou em três homens do povo, pertencentes à irmandade do Espírito Santo, os quais eram servidos por membros dos outros extractos sociais inclusive por nobres. Este gesto ritual, muito popularizado, estava carregado de um grande simbolismo. Simboliza a exaltação dos humildes e o abatimento dos poderosos, no fundo, a igualdade e a fraternidade que a nova Idade inspirada pelo Espírito Santo traria. Comenta Jaime Cortesão a este propósito que «não se afigura excessivo, por consequência, crer que a cerimónia de coroação do imperador tenha significado aos olhos de muitos portugueses, e quando menos daqueles, frades e leigos iniciados na doutrina dos espirituais, a investidura simbólica da nação pelo Espírito Santo – espécie de Pentecostes nacional, na sua missão de propagar a fé a todo o mundo» 50.

Daí alguns autores quererem ver a forte presença deste paraclitianismo, que trabalhava pela implementação de uma nova idade na terra, na mística e no ideário que mobilizou os portugueses já desde D. Dinis a preparar os Descobrimientos Portugueses.

Um destes conhecidos teorizadores é um dos grandes pensadores da filosofia portuguesa, António Quadros. Este autor insere aquilo a que chama o «projecto áureo do Quinto Império» nesta tradição espiritual de inspiração joaquimita, que segundo ele «em nenhum lugar deitou raízes tão fundas como no nosso país e na nossa cultura, não só inspirando as cerimónias religiosas aristocráticas e populares do culto e das Festas do Espírito Santo, tal como foram instauradas por D. Dinis e Isabel, não apenas emergindo na arte portuguesa dos séculos XV e XVI, desde os Painés de Nuno Gonçalves à arquitectura manuelina, mas também expressando-se como inspiração poética, com força especulativa ou com fidelidade mística, na obra de poetas e pensadores modernos, como principalmente Jaime Cortesão, Fernando Pessoa, Álvaro Ribeiro ou Agostinho da Silva. Cortesão pela via historiográfica, Pessoa pela via alquímico-poética, Álvaro pela via filosófica e pedagógica, Agostinho da Silva pela via de uma metanóia mística, reflectiram em termos actuais sobre o verbo desta antiga herança, herança viva, com longa e intermitente preparação para a idade de plenitude humana» 51.

Apesar desta atribuição ao protagonismo real, especialmente da Rainha Santa Isabel, a fundação das solenidades do Espírito Santo, a análise de documentação das Confrarias do Espírito Santo, particularmente a de Benavente, obriga-nos a recuar para um período anterior ao reinado de D. Dinis a existência desta devoção ao Paráclito e até a criação destas festas em honra da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Num estudo publicado sobre O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente, Rui Azevedo demonstra que a fundação da instituição em causa teria sido fundada nos primórdios do século XIII, provavelmente pelos primeiros povoadores desta vila do Ribatejo, a quem D. Sancho I deu carta de foral no ano de 1200 52. Mas ainda mais antigos que a confraria de Benavente, provavelmente, sejam os

compromissos da Confraria de Santa Maria de Sintra, o que faz desta confraria a mais antiga confraria de que há registo em Portugal 53.

Isto faz com que tenhamos de rever a historiografia que dá à Rainha Santa Isabel e a D. Dinis a tarefa pioneira de introduzir e fundar em Portugal as festas do Espírito Santo, assim como as instituições, a sócio-caridade e a espiritualidade a elas associadas. Sendo elas anteriores, muito provavelmente foram criadas por devotos ligados ao franciscanismo espiritual que, nesta altura, circulavam pela Europa e também não deixaram de abundar em Portugal. Quanto a D. Dinis e a Santa Isabel, deve ser-lhes reconhecido, todavia, um outro papel que não deixa de ser importante, o papel de ter dado a estas celebrações paraclitianas um grande impulso e promoção que fizeram das solenidades do Espírito Santo festas muito populares. E as confrarias foram também muito divulgadas e tiveram um papel relevante no domínio da assistência social. Dada a existência destes elementos documentais que manifestam a existência de uma devoção ao Espírito Santo traduzida em instituições de solidariedade e de promoção de rituais festivos dedicadas a esta Pessoa da Trindade, Rui Azevedo advoga precisamente, contraditando autores antigos que não só Jaime Cortesão – mas também Couceiro e outros –, que «estes monarcas foram apenas os reformadores de uma festividade bem mais antiga, cuja génese se descobre na cláusula do próprio compromisso da confraria que manda celebrar todos os anos um «convite» ou bodo aos pobres no dia do Espírito Santo» 54. ⁴⁵

Ao que parece o joaquimismo implantou-se em Portugal desde logo no começo da nossa história, contudo o monge calabrês, Joaquim di Fiori viu alguns dos seus ensinamentos sobre a Santíssima Trindade serem condenados pelo IV Concílio de Latrão em 1215 e o corpo principal da sua doutrina considerada, e condenada, herética pelo Vaticano em 1256 pelo papa Alexandre IV “Joaquim de Flora foi acusado de catarismo e de gnosticismo origeniano. A condenação da sua doutrina deveu-se mais à influência que inspirou no milenarismo posterior e às interpretações dos seus seguidores do que propriamente à obra em si deste teólogo. De qualquer modo, como entende Henri de Lubac «Joaquim considerava-se certamente investido de uma missão e não podia ignorar totalmente a audácia extraordinária do programa que estava encarregado de anunciar»” ⁶

O seu pensamento tinha implicações que eram perigosas para a estrutura da teologia medieval ortodoxa “Segundo Joaquim de Flora, uma ordem monástica estava profeticamente predestinada para protagonizar a realização da prospectivada última etapa da história, na qual os judeus seriam convertidos e emergiria um novus dux, um guerreiro santo que castigaria a Igreja corrupta e derrotaria a potência demoníaca e os seus sequazes” ⁷ O culto do Espírito Santo desenvolvido sobre as influências do Joaquimismo: exaltação da pobreza evangélica, condenação dos ricos e poderosos, vinda do Anticristo, apresenta-nos, como um culto leigo, com aspectos paganizados, paralelos à liturgia oficial da Igreja emanada por Roma, próprios das festas populares, nos meios rurais, que de algum modo se encontram ligados aos ciclos da natureza, contudo não deixa de ter um conhecimento e uma espiritualidade que vão além de um mero revestimento de memórias pagãs. ⁸

Salão Mila
Emília M.ª Mestre Maia M.
Telef. 286 555 201 Rua Nova, 15-A
Telef. 965 779 545 GARVÃO

ANTÓNIO FRANCISCO DELFINO
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PNEUS DE LIGEIOS E PESADOS
PNEUS AURORA - MECÂNICA GERAL
Telef. 286 555 416 - Telem. 962 341 322
GARVÃO

VEDESTEIN
ALLIANCE
MARSHAL PNEUS
RECONSTRUIDOS
FEDIMA®
LUBRIFICANTES
SHELL



ESPIRITO SANTO

Misericórdia

Encontramos nas obras de Joaquim de Fiore uma forte influência, não só na implantação das Irmandades e festas do Espírito Santo, mas também no próprio “messianismo” português de que tanto o Padre António Vieira e Fernando Pessoa fizeram escola assim como tantos outros autores portugueses e brasileiros. “É importante ressaltarmos a importância da obra de Joaquim di Fiori para o messianismo em Portugal de modo em geral, e para o sebastianismo em particular, tendo em vista que D. João de Castro, um dos grandes defensores da retomada da coroa lusitana por D. Sebastião, sugeriu uma eventual influência da obra do abade sobre as Trovas de Bandarra.”⁹

De facto em 1603, as trovas do Bandarra,¹⁰ compostas de 1530 a 1540, são impressas pela primeira vez, em Paris, por obra de D. João de Castro - *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso*. Essas Trovas¹¹ publicadas em pleno domínio Castelhana, no seguimento do desaparecimento de D. Sebastião, são utilizadas para exaltar os ânimos do povo contra a usurpação castelhana do trono português.

Embuídas de um espírito messiânico de restauração da pátria na figura do “encoberto”, são entendidas por alguns como a obra inaugural do sebastianismo, e por outros como profecias da Restauração Portuguesa, depressa tomaram um carácter messiânico identificado com o “Quinto Império” numa missão ecuménica de dilatação da fé e do império com o intuito de fundar um Império Universal.

Também os Cristãos-Novos, em pleno auge da Inquisição em Portugal, instituída em 1536, privados dos seus direitos, da sua fé e liberdade religiosa, perante o dilema da conversão, fuga ou fogueira, viram nas trovas do Bandarra, a indicação de um rei salvador e a esperança judaica em um Messias. Gonçalo Annes Bandarra teria uma certa influência junto da população cristã-nova de Trancoso e de Lisboa, pelo seu apelo profético e messiânico, sendo considerado uma espécie de Rabi local, interpretando a Bíblia e as suas profecias para os cristãos-novos da região, já que muitos judeus conversos tinha a esperança na vinda do Messias para o século XVI

A influência da doutrina de Joaquim de Fiore, ainda se encontra hoje nos vários ritos e simbologias de cunho religioso, perpetuado pelas várias confrarias e irmandades do Espírito Santo a que se assiste, tanto em Portugal continental, como, também e principalmente nas ilhas Açorianas, onde mais vincadamente estas tradições sobrevivem e perduram até aos nossos dias. Não só mantêm o seu vigor como se assiste a uma vitalidade e a um reacender dos Impérios do Divino Espírito Santo, constituindo, assim, um dos últimos redutos da doutrina joaquimita.

A implantação destas irmandades e confrarias do Espírito Santo em Portugal, desde cedo nos chegamos informações das várias cidades, vilas e aldeias do reino. Na Confraria de Benavente surge uma doação, na qual “D. Plágia mandava cantar anualmente uma missa, por uma herdade que legara à Confraria do Espírito Santo ... no mês de Agosto de 1234”¹², não se sabendo desde quando, a esta data, existia a dita Confraria.

A Confraria do Espírito Santo de Santa Maria de Sintra estaria em vigor pelos anos de 1217, “com estatutos semelhantes aos de Benavente”¹³, crendo-se a sua fundação em data mais remota, pois “já ali existia uma ermida da mesma invocação, onde se celebravam com grande pompa as festas do Império do Espírito Santo”¹⁴

Ao longo do século XII e seguintes surgem notícias de existência ou fundação de outras confrarias do Espírito Santo por todo o reino, Porto em 1295, Leiria em 1306, Santarém em 1321, entre outras, como prática assistencial, de uma forma geral, de que as populações se socorriam de ajuda e entrelajada.

“Um breve enumeramento das funções das diferentes confrarias possíveis numa dada cidade dá-nos uma ideia do seu universo multiforme: a entoação de cânticos religiosos; o acompanhamento dos últimos momentos dos moribundos; a organização de funerais; a administração de hospitais e outras instituições de assistência; a concessão de dotes de casamento a donzelas órfãs; a preparação espiritual dos condenados à morte; o enterramento das ossadas dos executados de justiça; a recolha de crianças abandonadas pelas ruas; o auxílio secreto a pobres envergonhados; o apoio a presos das cadeias; o resgate de cativos; a preparação de festas e de bodos aos pobres ...”¹⁵

Aos nossos dias chegou-nos um exemplar único dos estatutos da confraria de Benavente, considerando-se que todas as outras confrarias de invocação ao Espírito Santo do país se regeram por estatutos iguais, cujo compromisso “tinha o intuito o mútuo auxílio aos confrades, mormente enfermos, caídos na pobreza ou cativo, ou vítimas de outras desgraças, e a caridade com viúvas pobres, a sepultura dos mortos, o sufrágio das almas. Numa palavra, as obras de misericórdia”¹⁶, assim como dar de comer a quem tem fome, visitar os enfermos e enterrar os mortos, castigar os que erram, remir os cativos etc.

“Afirmou-se largo tempo que a Misericórdia de Lisboa copiara o modelo da de Santa Maria a Nova de Florença. Está hoje sobejamente provado que tal não aconteceu. Não era preciso recorrer a modelos estrangeiros. Desde o século XII, XIII, XIV e XV havia entre nós hospitais e confrarias de caridade no género da de Florença, e muito anteriores e esta. As múltiplas confrarias, albergarias e hospitais, cujos confrades gastava a vida a visitar os doentes em suas casas, a ajudar os consócios necessitados, a fazer-lhes o enterro, a praticar a caridade em todas as suas modalidades, em geral de invocação do Espírito Santo, que ele fundou ou cuja fundação parece ter surgido, são disso exemplo vivo.

Daqui se vê que a rede de albergarias, hospitais, confrarias e capelas consagradas ao Espírito Santo, era verdadeiramente imponente e não podia deixar de impressionar os cem homens bons que em 1498-1499 deram vida às confrarias da Misericórdia. Modelos portugueses não faltavam. Razão sobeja, cremos nós, a quantos não podem furtar-se a ver nesta enorme floresta de instituições de caridade, os modelos ou paradigmas de que se serviram, ou poderiam ter servido, os criadores das Misericórdias portuguesas.

Em boa verdade não se sabe, em termos positivos, o que serviu de modelo a quem instituiu a Misericórdia. Sabe-se que não é instituição original portuguesa, nem a primeira confraria de caridade existente em Portugal. Não foi invenção de D. Leonor de Lencastre ou de seus colaboradores, mas faz parte de uma série de instituições de caridade, resultantes da reforma da Assistência no fim do século

Continua na página seguinte

Café Nascido do Sol
ALMOÇOS - PETISCOS - JANTARES
Tel. 286 555 347 - GARVÃO

Padaria MARTINS
Rua de Ourique, 22
de: Joaquim Martins Moreira Costa
Telems. 926 005 930 - 936 347 021 - GARVÃO

Café CANELAS
de: José Guerreiro Manuel
Contactos: 286 555 133
Telefone 286 555 133
Telemóvel: 965 090 101
Largo da Estação n.24 - 7670-128 GARVÃO

Padaria VITÓRIA
Joaquim Rosário Guerreiro
Telef. 286 555 133
Rua Nova, 3 - 7670-141 GARVÃO



IRMANDADE DO ESPIRITO SANTO

Santa Casa da Misericórdia

Continuação da página anterior

XV. Sabe-se, também, que as confrarias e hospitais do Espírito Santo, tiveram em muitas terras do país, como sucedâneo, as Misericórdias. Por isso mesmo, e não só por isso, valeu a pena terem existido”¹⁷.

¹ Victor Ribeiro, *História da Beneficência Pública em Portugal*, Lisboa, 1907.

² Brásio, António, *As Confrarias Medievais do Espírito Santo, Paradigmas das Misericórdias*, separata de “Presença de Portugal no Mundo. Actas do Colóquio”. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1982.

³ José Eduardo Franco, *Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa*, in Revista Portuguesa De Ciência Das Religiões – Ano I, 2002 / n.º 1. Pag. 75-94, “Joaquim de Flora nasceu por volta de ano 1132 (ou 1135 ou, ainda segundo outros autores, em 1145) em Celico, na diocese de Cozenza, na Calábria. Exerceu as funções de notário, profissão que também era desempenhada por seu pai. Por razões ainda não conhecidas dos historiadores, deixou repentinamente as ocupações seculares e foi visitar a Terra Santa. No regresso decidiu seguir a vida monacal. Ingressou na Ordem Cisterciense foi elevado a abade do mosteiro de Corazzo. Entretanto, desligou-se da Ordem de Cister por considerá-la pouco fiel ao ideal monástico e promoveu a construção do convento de São-João-de-Flora nos montes de Sila. Antes de morrer alguns mosteiros já se tinham agregado à nova ordem de Flora. Mas o que o tornou célebre foi a sua doutrina das *Três Idades* e por preconizar a iminência da inauguração da terceira idade, cognominada a Era do Espírito Santo. A data da sua morte situa-se cerca de 1202. A sua doutrina foi condenada mais tarde pela Igreja devido ao seu carácter considerado heterodoxo. A teologia deste monge está consignada nas suas diversas obras, particularmente nas de carácter exegético e teológico-doutrinal divulgadas mais tarde. Embora não tenha sido canonizado, este abade gozou em vida de grande fama de sabedoria e até de santidade. A sua fama espalhou-se ainda mais após a sua morte, sendo-lhe atribuídas várias obras que não são da sua autoria.”

⁴ Floriano Martins, Cláudio Willer, *A Leitura Sócio-Política do Espírito Santo em Agostinho da Silva - ou a Concretização do Reino*, in Revista Agulha, São Paulo, Brasil. “Norman Cohn afirma que o joaquimismo foi “o mais influente [sistema profético] conhecido na Europa até o advento do marxismo”; Roger Garaudy, que “os primeiros grandes movimentos revolucionários da Europa [estavam] de todo modo mais ou menos imbuídos das idéias de Joaquim de Fiore”; Karl Löwith afirma que “a Terceira Idade dos joaquimitas reaparece como uma Terceira Internacional e um Terceiro Reich”; Eric Voegelin sustenta que “Joaquim criou o agregado de símbolos que governam a auto-interpretação da moderna sociedade política até hoje”; e Ernst Bloch escreve que “Joaquim foi o primeiro a marcar uma data para o Reino de Deus, para o reino comunista...”. John Passmore diz que as três idades de Lessing, Schelling e Comte, e o Terceiro Reich de Hitler todos evocam a tripartição da história em três idades por Joaquim.” (DOBROUKA), V. *Revista Múltipla*, Brasília, 5(8): 9– 27, julho– 2000, p.18). Ainda sobre Joaquim de Flora, e de um modo mais pormenorizado, ver: REEVES, M., *The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages: a Study in Joachimism*, London: University of Notre Dame Press, 1993.”

⁵ José Eduardo Franco, *Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa*, in Revista Portuguesa De Ciência Das Religiões– Ano I, 2002 / n.º 1 – 75-94: 47. As ligações entre a rainha D. Isabel de Portugal e o mestre espiritual Arnaldo Vilanova está documentado por RODRIGUES, Sebastião Antunes, *Rainha Santa*,

Cartas Inéditas e outros documentos, Coimbra, 1958. 48 Cf. CORTESÃO, Jaime, *Op. Cit.*, (Cf. CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*, [Lisboa], Círculo de Leitores.)p. 154; e cf. GUILHERME, J. C., Henrique, *Alenquer e o seu concelho*, 2.ª ed., Lisboa, 1902. 49 Cf. SIMÕES, Manuel Breda, *Roteiro lexical do culto e festas do Espírito Santo nos Açores*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, 1987. 50 Cf. CORTESÃO, Jaime, *Op. Cit.*, p. 155; e cf. Idem, *O Humanismo universalista dos Portugueses*, Lisboa, Portugal Editora, 1965. 51 QUADROS, António, *Portugal, razão e mistério. O Projecto Áureo ou Império do Espírito Santo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987, p. 35. 52 Cf. AZEVEDO, Rui Pinto de, *O compromisso da Confraria do Espírito Santo de Benavente*, Separata da revista Lusitana Sacra, Lisboa, 1993, p. 3; e cf. AZEVEDO, A. Rodrigues de, *Benavente – Leges*, Lisboa, 1926, parte II, doc. 2. 53 Cf. AZEVEDO, Rui Pinto de, *Op. Cit.*, p. 6; e cf. FREIRE, Braamcamp, *Arquivo Histórico Português*, Vol. Lisboa, 1903, pp. 349-355. 54 AZEVEDO, Rui Pinto de, *Op. Cit.*, p. 8.

⁶ José Eduardo Franco, *Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa*, in Revista Portuguesa De Ciência Das Religiões– Ano I, 2002 / n.º 1 – 75-94

⁷ idem

⁸ A Influência de Joaquim de Flora em Portugal: Luís Fagundes Duarte

⁹ Leandro Henrique Magalhães, *Poder E Sociedade No Reino De Portugal No Século XVI: As Trovas De Bandarra*. Tese Apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004.

¹⁰ Gonçalo Annes Bandarra, nasceu por volta de 1500 em Trancoso onde exercia a profissão de sapateiro. Autor de um livro de profecias conhecido como as “Trovas do Bandarra”, a divulgação desta obra, segundo Leandro Henrique Magalhães, “possibilitou a constituição de uma síntese religiosa cristã e judaica, erudita e popular; elementos que garantiram sua disseminação pelo reino e a vitalidade das Trovas de Bandarra.”, faleceu cerca de 1556 em Trancoso, tendo sido antes detido e julgado pelo tribunal do Santo Ofício (Inquisição) em 1541.

¹¹ Idem; “Apesar das abordagens realizadas sobre as releituras dessa obra tanto pela historiografia portuguesa quanto pela brasileira, pouco se questionou sobre os motivos que levaram um sapateiro que vivia em uma comunidade de cristãos-novos, denominada Trancoso, na região da Beira, a redigir as Trovas, e quais elementos garantiram sua popularidade, alcançando todos os estratos sociais lusitanos, fossem cristãos-novos ou velhos. Bandarra nasceu por volta de 1500 e, a partir de 1541, data da realização do auto inquisitorial pelo qual foi condenado, não se tem mais informações sobre ele”

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem, Azevedo, Rui,

Lusitânia Sacra

, Lisboa, 1962-1963, VI, p. 11.

¹⁵ Sá, Isabel dos Guimarães, SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.

¹⁶ Brásio, António, *As Confrarias Medievais do Espírito Santo, Paradigmas das Misericórdias*, separata de “Presença de Portugal no Mundo. Actas do Colóquio”. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1982.

¹⁷ Idem.

Café Beira Linha
ALMOÇOS E JANTARES
Telef. 286 555 199
ESTAÇÃO DE GARVÃO

Cont. N.º 901 897 621

MANUEL BARTOLOMEU ROMÃO, HERD.
ARMAZENISTA e DISTRIBUIDOR
Telef. 286 555 120 – Telef. / Fax 286 512 848
E.N. 123 KM 47,8 OURIQUE

ANTÓNIO
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Radios e Televisões
Telef. 286 555 111
GARVÃO

ALUMIGARVÃO
Carlos Silva & Silva, Lda.
Tlm. 934 059 158
Caixilharia de Alumínio e Madeira
Montagem de Estores
Portões Basculantes e de Fole
Tectos Falsos | Documentos e Resoluções Gráficas
Tel./Fax 286 555 164 – Rua Nova 25-B – GARVÃO



UM POUCO DE HISTÓRIA

Garvão tinha quatro igrejas

IGREJA do SAGRADO ESPÍRITO SANTO

Para além das três igrejas actualmente conhecidas na vila de Garvão, havia, ainda recentemente no século XVIII, mais uma outra igreja. Assim às conhecidas: Igreja Matriz ou da Nossa Senhora da Assunção; Igreja da Estação ou de S. Sebastião e a que conforme o próprio nome indica a Igrejinha de São Pedro, situada na Antiga Estrada Real do Algarve, haverá que juntar igualmente a Igreja do Sagrado espírito Santo situado onde actualmente se situa o Cemitério Velho.

Ao se embrenhar nos livros em busca da nossa história, deparamos constantemente com a menção desta quarta Igreja, saber a sua localização tornava-se imperativo, pois já há muito tinha desaaecido da memória das gentes locais.

UM OLHAR MAIS ATENTO

Contudo na busca da sua localização e juntando informações de um lado com informações de outro, juntando os pequenos vestígios que vão aparecendo, e uma atenção muito pormenorizada na parede do Cemitério Velho, depressa se chega á conclusão que se passa ali mais qualquer coisa do que um “simples” Cemitério, as paredes são irregulares denotando várias construções sobrepostas, nota-se o corte de várias paredes, e várias portas e janelas antigas fechadas, se uma parte da parede é de pedra uma outra parte é de taipa, nota-se em várias partes pedras de mármore ou calcário incrustadas nas paredes, e junto ao ossário correm na vertical duas paredes anteriores á construção do cemitério, que foram cortas para que a parte confluyente ou na interjeição fosse aproveitada na parede do cemitério.

PINTURAS

Ora nestes dois pedaços de parede nota-se tanto do lado de fora como no lado de dentro do Cemitério restos de uma pintura a preto e



alaranjado, o que está totalmente fora do contexto do actual Cemitério, e que pertenceriam a uma construção anterior de cariz religioso, estar-se á perante os restos da Igreja do Sagrado Espírito Santo?.

A fortalecer esta convicção tinha o Luiz Ledo (Luiz da Parreira) achado uma pedra mármore designada por fecho de abóbora, encontrada na área do Cemitério. A esta peça, ofereceu o José António do Carmo mais duas pedras igualmente de fechos de abóboda, que achou nas suas casas no cimo da Ladeira do Padre, portanto relativamente perto do Cemitério.

A PIA BAPTISMAL

Nas casas do Tio João da Boavista, na altura ainda em vida deste, também no cimo da Ladeira do Padre encontrava-se uma pedra, que se veio a confirmar ser uma pia baptismal, e devido á proximidade do Cemitério velho, relacionada com a mencionada Igreja do Espírito Santo.



Perante estes achados havia dados suficientes para acreditar que a mencionada Igreja se situaria na zona do Cemitério Velho: havia paredes pintadas, a pia, fechos de abóbora, localizados na zona histórica de Garvão.

LÁPIDES FUNERÁRIAS MEDIEVAIS

Contudo esta convicção foi reforçada quando o Rodrigo das Neves descobriu quatro pedras tumulares, na parte de fora do cemitério, mesmo junto ás mencionadas duas paredes pintadas, quando procedia á terraplanagem daquela zona, são pedras tumulares que se costumavam por á cabeceira das sepulturas, e que este Jornal em edição anterior publicou um extenso artigo da autoria de um dos redactores e tema de tese de Mestrado.




Informática

PSC, Informática de Paulo J F Sousa Cruz
Rua Nova 5A - 7670-141 Garvão
Tel.: 938 783 670 - E-mail: pcrs2356@gmail.com


MONTARAZ
GARVÃO


FUNERÁRIA ALENTEJANA
Funerária e instalações para todos os países

Sede:
Rua Eng. Duarte Pacheco 1-3
Apartado 43
1690-993 Ourique
Tel - Fax 286 512 581
Email: funeralentejana@sapo.pt

Filiais:
Centro Comercial
Vila Nova de Mil Fontes
Lote 36 Casil
Rua Gago Coutinho 72
1460-220 Tábua
Tel - 262 082 117
Estrada Nacional
S. Lázaro
Odivelas

Joaquim Gonçalves 938610895
Elo Guerreiro 969163679
932609540
Pedro Gonçalves 932609541


Garvão
minimercado
De. José António Silva Nunes Lg. da Palmeira, 4 - OURIQUE
GARVÃO SUPER
MINIMERCADO

Os Docinhos
da Céu
Café
Pastelaria
de: Maria do Céu Cândido
Tel. 286 555 252 - 286 107 917
Tlm. 938 291 029 - 939 297 392
Rua de Ourique, 27 - GARVÃO

Drogaria Carapinha
De: Rui Nuno Gonçalves Carapinha
REDES - TINTAS - RAÇÕES
CEREAIS - FERRAMENTAS - ETC
Tel. 286 555 441
Tlm. 936 337 373
Rua Nova, 28 - GARVÃO



SUL e SUESTE

PÔR-DO-SOL

Crónica de "Pôr-do-Sol", do livro "SUL e SUESTE - Prosas de Além-Tejo" de Joaquim da Costa, natural de Garvão, publicado pela Oficinas da Gazeta do Sul no Montijo em 1940.

Pôr-do-Sol

No topo da montanha altíssima, entre sobreiras velhinhas de ramarias verdes, eu assistia, com Miquelina, ao pôr do sol.

Era lindo!

Entre nuvens e já tocando a linha irregular do horizonte, o Sol lançava os últimos clarões, incendiando o céu, deserto e vasto, da terra alentejana.

Nascido na vila e vivendo no campo, comprazia-me na contemplação dos grandes e sempre novos espectáculos que a natureza oferece. E adorava os pôres do Sol, com os castelos de nuvens ao poente, penedias recortadas no azul a esmorecer, e os grandes clarões de incêndios sobre a serra...

Naquela tarde, tarde outonal, melancólica, uma grande paz envolvendo os cerros, Miquelina e eu, de mãos dadas, como dois bons amigos, olhávamos encantados, daquelas eminências donde se avistam léguas e léguas em redor – para o norte, planícies rasas e casas brancas surgindo entre oliveiras, para o sul, lombas, mamelões redondos como grandes seios, mais longe a Serra do Caldeirão, - olhávamos, as pupilas dêslumbradas na apoteose rubenesca do poente, o Sol que, muito longe, agonizava...

Miquelina, que tinha a sua mão sobre a minha, Perguntou:

- Onde está o Sol?

Respondi:

- No mar, dizem que para lá de Sines...
- Deve ser bonito... Gostava de ver o Sol sumir-se nas águas...

- Nunca vi...

- Nem eu...

Soavam, a distância, os chocalhos da boiada que pastava. Uma névoa tênue, azulada, ia envolvendo os longes... Então eu disse:

- Ainda não vi o mar...

- Também ainda não vi o mar...

- Dizem que é tudo água, tanta água, lá, como terra, aqui...

E apontei com o dedo para baixo, para as terras adormecidas na doçura do entardecer.

O Sol afundava-se. Apenas nossos olhos divisavam acima da serra longa, o rebordo dum grande disco rubro, incandescente, a consumir-se...

- Vamos...

O crepúsculo caía, lento. A montanha adormecida na paz e no silêncio da hora vespéral.

- Vamos...

Iniciámos a descida por estreita vereda, orlada de altos estevais. Miquelina seguia adiante, segurando a minha mão na sua. Caminhávamos em

silêncio, descíamos a montanha de-vagar, sentindo a tristeza da noite a avizinhar-se... Apagara-se em nós o fogo vivo que de manhã à noite nos impelia por cerros e vales e nos fazia gritar, por toda a herdade, a alegria de viver, a ventura de sermos livres.

Após um dia de corridas por aquelas terras bravas, em que nos movíamos, alegres e ágeis como dois pequeninos zagais, embalavamos a paz e o silêncio da hora crepuscular e a grande alma da montanha tocava de amor e poesia os nossos inocentes corações...




ourique 94.2
fm

rádio
CASTRENSE 93.7FM
emissão on-line
página inicial - programas - notícias - desporto - galeria fotográfica - email



Café Futuro
Almoços e Jantares
Rua do Álamo
--- Internet Wireless ---
Associação Futuro de Garvão



B. P. & P. Lda.
CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO
Batista Pereira & Pereira, Lda.
Construção e Remodelação

Rua Quinta da Silveira, 11 - 559 - 1675-818 Famões - Casal da Silveira
Telef.: 96 648 51 232 15 49 Fax: 21 980 40 08
E-mail: btistapereira2001@sapo.pt



O PROCESSO do FRADE JOÃO da TRINDADE 1736

Crime de Solicitação

O caso do processo do Frade João da Trindade, de trinta e sete anos, julgado e condenado nos Estaus, sede do tribunal do Santo Ofício, mais conhecido por Inquisição, onde actualmente se situa o teatro D, Maria II, no Rossio em Lisboa, tratou-se de facto do julgamento de um prelado desencaminhado pelos prazeres carniais, (como menciona o respectivo processo), igual, com certeza, a tantos outros que proliferaram pelo país fora, que a inquisição julgaria e na maioria das vezes condenaria, senão à fogueira pelo menos ao degredo, como no caso deste conterrâneo, que aqui se transcreve.

O Frade João da Trindade e alguns familiares seus, eram naturais e residentes no antigo concelho de Garvão, mais concretamente, tanto na própria vila de garvão, sede do concelho, como no Monte da Corte em Santa Luzia, (uma das duas freguesias do extinto concelho de Garvão).

Ao Frade João da Trindade, religioso da ordem de São Francisco da Observância da Província dos Algarves, sacerdote e pregador, morador no convento de Nossa Senhora do Loreto junto a Santiago do Cacém e assistente no Convento de Xabregas de Lisboa Oriental, é-lhe imputada a acusação de “solicitação”, que confessa, na pessoa de Maria Bernarda, também ela moradora no Monte da Corte, Santa Luzia, e ao que parece terceira da ordem de São Francisco.

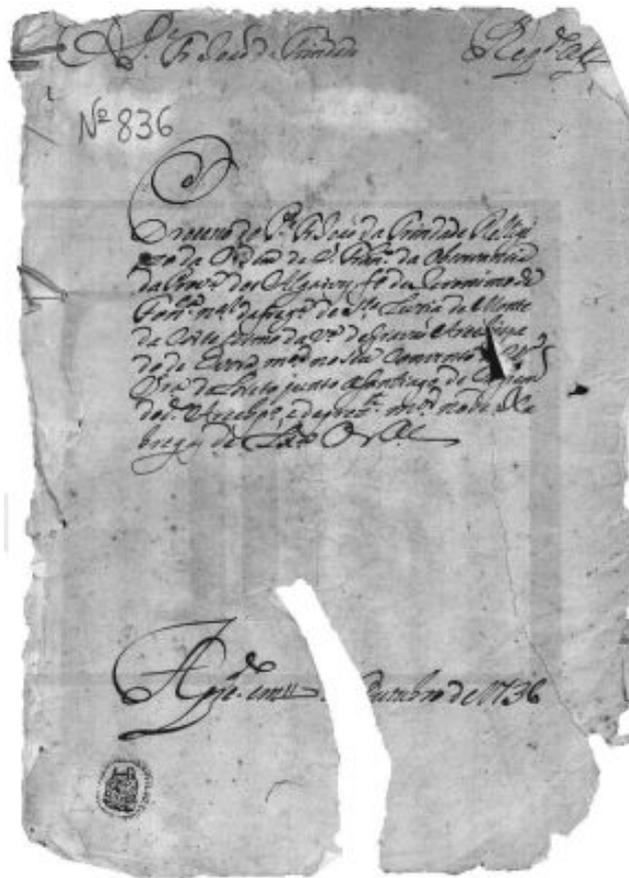
De facto depois de pormenormente relatar o sucedido foi-lhe imposto o degredo de residência com a obrigação de se apresentar regularmente nos Estaus.

Prova de Pureza de Sangue

O caso não se resumiria ao agravo de “solicitação” do Frade João da Trindade, e ao que parece, entre dois religiosos, este teve igualmente de fazer prova de pureza sangue, como se observa no capítulo dedicado à genealogia, para despiste de algum descendente de sangue judio, assim para além dos nomes do pai e da mãe teve

igualmente de descrever os nomes dos avós, tanto paternos como maternos, os locais de nascimento, moradas e ocupações.

Era filho de Jerónimo da Fonseca, capitão da Ordenança de Garvão onde era morador e natural da freguesia de nossa Senhora das Relíquias, termo de Odemira e de Maria bernarda, (por mera coincidência, com o mesmo nome e residência da “solicitada” o que nos leva a tecer considerações de parentesco ou de criadagem), natural de Garvão e moradora, também, no Monte da Corte. Tendo como avós paternos Domingos Afonso e D. Clara, cujo sobrenome não sabe, nem profissões, naturalidade ou residência, e dos avós maternos o avô se chamava Ildefonso Correia morador em Garvão e da avó não sabe o nome nem de onde era natural.



Prova de Baptismo, Crisma e leitura dos sacramentos

Mais declarou que nunca foi casado nem tem filhos ilegítimos e que foi baptizado na Igreja de Santa Luzia pelo Padre Manuel (?) Ribeiro, sendo seu padrinho João de Aboim Pereira Guerreiro, Mestre de Campo da Comarca do campo de Ourique, e que foi crismado, mas não se lembra onde recebeu o dito sacramento, parece que pelo Padre conhecido por Barata em Beja tendo como padrinho Luís Fernandes.

Teve de fazer prova igualmente de que sabia ler e do Padre-nosso, Ave-maria, o credo e restantes mandamentos da Madre igreja.

O documento original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, compondo-se de vinte e uma páginas, manuscritas em letra caligráfica do século XVIII. Com o código de referência n.º PT/TT/TSO-IL/028/00836, e cota actual do Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 836.

MOVIGARVÃO
Carlos Alberto Guerreiro Silva
Telem. 934 059 159
Móveis - Electrodomésticos
Tapetes e outros artigos
de decoração para o Lar
Candeeiros - Cozinhas por medida
☎/Fax 286 555 164 — B.º Escola, L 2 — GARVÃO

REVEZ & GONÇALVES
Materiais de Construção, Lda.
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
PECUÁRIA
VENDA A RETALHO
Telef. 286 555 151 — Largo da Amoreira, 4 — GARVÃO



FAMÍLIAS DE GARVÃO COM HISTÓRIA



FAMÍLIA CARVALHO

A família Carvalho tem solar no antigo Morgado de Carvalho, em terras de Coimbra, Concelho de Penacova, ao pé da famosa Serra do Carvalho. Tem a sua antiguidade comprovada pela constatação de uma doação feita ao mosteiro de Lorvão em 1131, assinada por Pelagius Carvalis, (Payo Carvalho) senhor de toda a terra em que hoje está o Morgado de Carvalho, que foi instituído por um seu descendente, Bartolomeu Domingues, e é o mais antigo Morgado em Portugal, que a recebe do rei D. João de Avis por serviços prestados ao reino durante a batalha de Aljubarrota, sendo considerado então um dos homens mais nobres de Portugal, recebe o morgado do Carvalho, sendo o primeiro morgado de Portugal, dada tamanha honraria, seu filho Soeiro Lopes Domingues, adopta em 1386 o nome de Soeiro Gomes de Carvalho, o primeiro a dar o sobrenome Carvalho, comprovadamente aceito. Actualmente aceita-se como o primeiro da linhagem Pelagius Carvalis, (Payo Carvalho).

O Brasão da Família Carvalho é um dos setenta e dois brasões representando as principais famílias da alta nobreza de Portugal no séc. XVI, que foram pintados no tecto da Sala dos Brasões do Paço Real de Sintra por ordem de D. Manuel I, o Venturoso, (1469-1521), décimo quarto Rei de Portugal de 1495 a 1521, que mandou pintar quando procedeu à reorganização e qualificação da nobreza portuguesa, tendo por objectivo, escolher as famílias mais ilustres do Reino, em honra, história e bens, no séc. XVI.

Lançamento de Livros

“Gente de entre Searas e Montados” de Joaquim Falcão de Lima

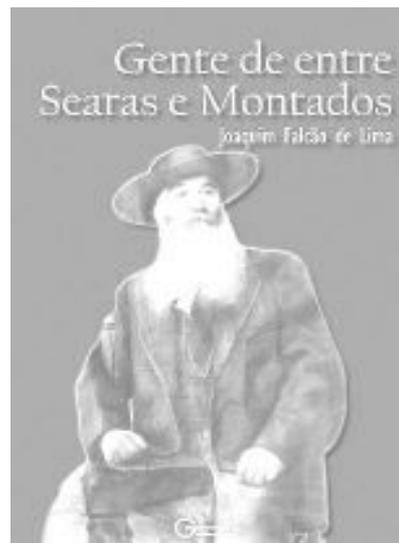
É o título mais recente que o Guarda-Mor propõe aos seus leitores e genealogistas e apresentou na Biblioteca Municipal de Ourique.

É um trabalho sobre genealogia familiar numa área tão vasta e tão pouco conhecida como é o Alentejo. A obra enfoca primordialmente gentes dos concelhos de Setúbal, Grândola, Santiago do Cacém, Ourique, Odemira, Aljustrel, Almodôvar e Beja mas também do Algarve - concelhos de Lagoa, Albufeira, Portimão, Aljezur, etc.

Do século XVI à actualidade, este importante contributo para o estudo de diversas linhas genealógicas do Alentejo não é apenas um livro de genealogia séria e científica. É também um repositório de biografias, de histórias e de memórias familiares num álbum onde as cores do Alentejo se misturam e realçam os retratos de muitos dos seus intervenientes.

A par do rigor metodológico e científico, com abundante informação, inúmeras tábuas genealógicas e árvores de costados, importa ressaltar o grafismo cuidado e inovador num volume de cerca de 350 páginas totalmente a cores, profusamente ilustrado que constitui uma nova forma de escrever e apresentar genealogia.

Quer pelo seu conteúdo, abrangência e interesse da investigação quer pela inovadora abordagem do autor é uma obra a não perder.

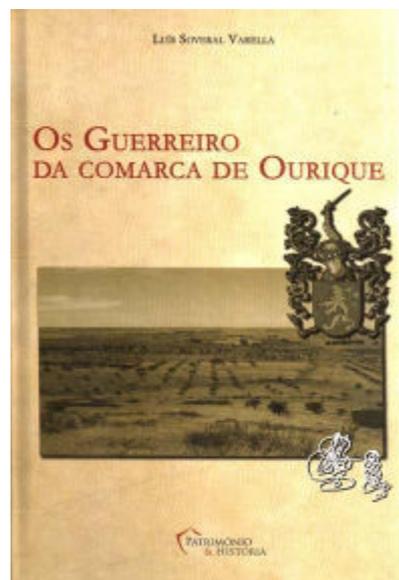


Livro «Os Guerreiros da comarca de Ourique»

Da autoria de José Soveral Varela, foi apresentado na Biblioteca Municipal de Ourique por António de Sousa Lara.

O livro, editado pela “Patrimónius - Património e História, Edições”, é fruto de mais de 20 anos de investigação, tem para cima de 800 páginas sem o índice onomástico e mais de 1000 páginas incluindo o referido índice, em papel couché com encadernação em capa dura, e mais de 280 fotografias, muitas delas a cor, para além de quadros genealógicos elucidativos do texto.

Nele se estuda o percurso desta família que foi estruturante na governança da comarca de Ourique desde os princípios do séc. XV, bem assim estruturante no estudo das famílias do Baixo Alentejo e parte do Algarve, abrangendo ramos em vários concelhos e freguesias.



CARPINTARIA CONVERSA

EXECUTAM-SE TRABALHOS EM ALUMÍNIO

- * Portas
- * Janelas
- * Marquises
- * Estores
- * Portões
- * Corrimões

Jorge Bento
964 173 005

Garvão - Ourique

